

ROSTO

SOBRE O PROGRAMA ATENA

O Programa Atena surge de uma necessidade de se construir um panorama da situação estadual quanto à implementação de políticas públicas para a promoção da cidadania LGBTI+ nas 27 unidades da federação em 2021. Hoje, tem como objetivo implementar estratégias e ações em advocacy e mapear políticas públicas para cidadania LGBTI+ no Poder Executivo.

O mapeamento de políticas públicas, nos três níveis de governo, é dividido em cinco eixos: (i) **políticas matriciais**, sendo elas a presença de órgão gestor voltada para coordenação geral da estrutura pública, presença de Conselho para deliberação e participação comunitária, e presença de plano e programa com orçamento para implementação das políticas nas regiões do estado; (ii) **políticas setoriais**, divididas em 9 temas, sendo elas: segurança pública, educação, saúde, trabalho e renda, esportes e lazer, administração penitenciária, turismo, cultura, assistência social; (iii) **justiça e cidadania**, sendo ela a presença de conquistas de direitos e garantias individuais e coletivas pela população LGBTI+ na legislação; (iv) **respostas às solicitações** de informações via Lei de Acesso à Informação (LAI); (v) institucionalização de serviços e políticas voltadas para população LGBTI+ nos **órgãos de controle**, tais como Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Poder Legislativo, entre outros.

No nível federal, é preciso que se assuma um papel de fomento das políticas públicas nos Estados e de catalisador/ incentivador/ correalizador de políticas públicas em lugares nos quais os cenários estruturais, políticos, comunitários e financeiros sejam discrepantes ou deficientes. Nesse sentido, é preciso que se atinja um equilíbrio entre os Estados e o Distrito Federal a fim de que a população LGBTI+ não seja refém de estruturas governamentais ineficientes e instabilidades políticas.

Nos níveis estadual e municipal, é preciso sensibilizar diversos setores da sociedade e tomadores de decisão da gestão pública para uma atuação mais enfática para que a pauta seja assumida como política institucional de Estado, haja vista que diversas competências constitucionais de fomento, coordenação e implementação de políticas públicas são privativas destes entes federados e concomitante entre eles.

CONTRA

O fomento de políticas públicas voltadas para população LGBTI+ é fundamental para a diminuição dos casos de discriminação e violência, bem como para promoção da cidadania LGBTI+, já que os casos de violação de direitos desta população continuam ocorrendo fortemente nas cidades brasileiras. Também é fundamental fortalecer a participação social e o controle social na articulação, implementação, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas e ações do poder público municipal, seus órgãos e outros setores vinculados.

MAIS INFORMAÇÕES

(21) 2215-0844
projeto.atenasbrasil@gmail.com
[@aliancagbti](https://www.instagram.com/aliancagbti)
[@grupo_arco_iris](https://www.instagram.com/grupo_arco_iris)

CAPA

PROGRAMA

ATENA

Estratégias e ações em advocacy e mapeamento de políticas públicas para cidadania LGBTI+ no Poder Executivo



RANKING DAS CAPITAIS NO MAPEAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NOS GOVERNOS DAS 26 CAPITAIS

Fase 1 - ESTADOS (2022) | Fase 2 - CAPITAIS (2024)

Realização



Financiamento

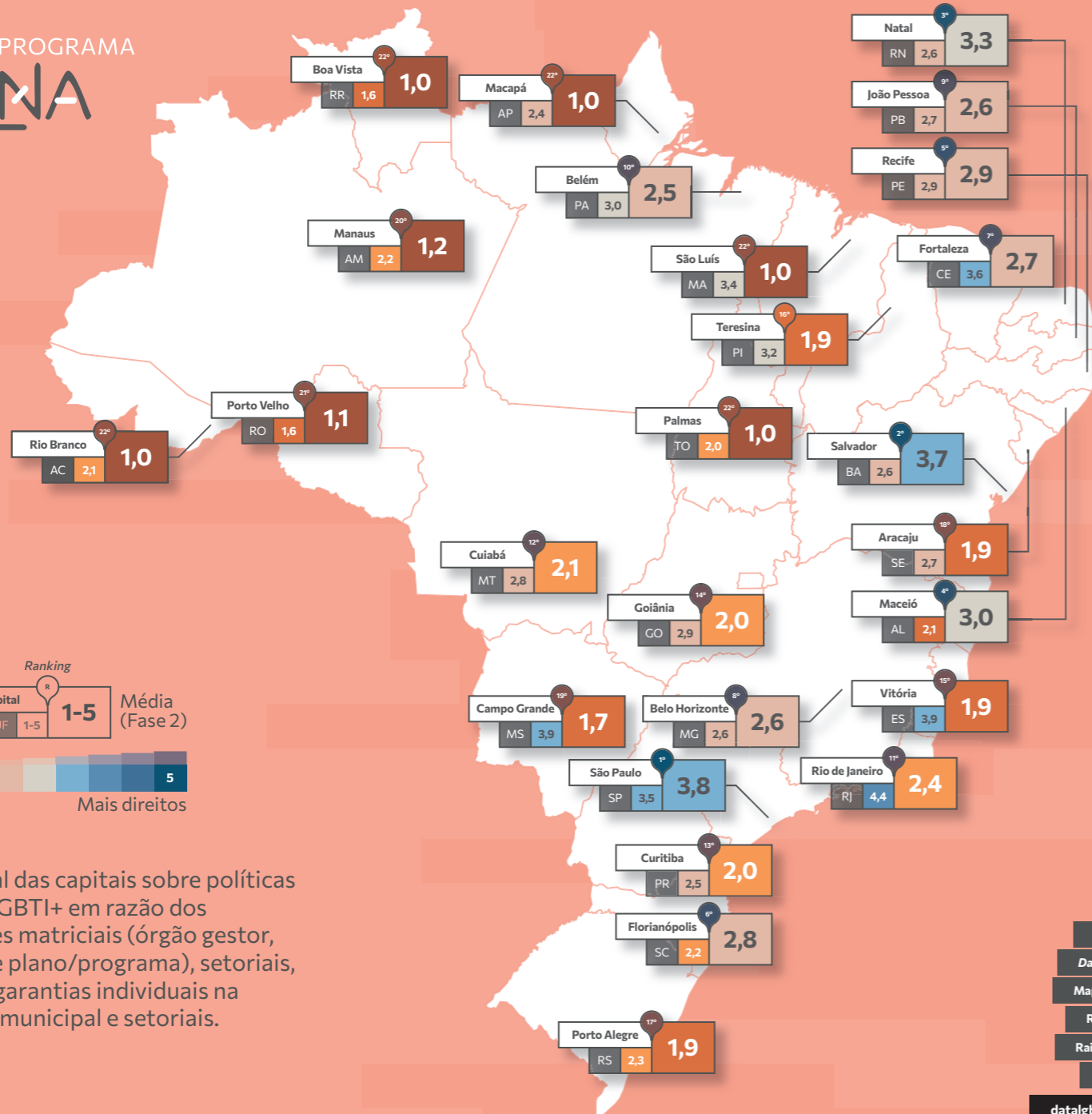


Apoio institucional



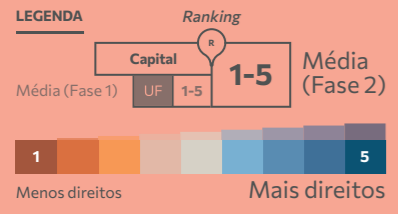
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



RANKING

1º	São Paulo	3,8
2º	Salvador	3,7
3º	Natal	3,3
4º	Maceió	3,0
5º	Recife	2,9
6º	Florianópolis	2,8
7º	Fortaleza	2,7
8º	Belo Horizonte	2,6
9º	João Pessoa	2,6
10º	Belém	2,5
11º	Rio de Janeiro	2,4
12º	Cuiabá	2,1
13º	Curitiba	2,0
14º	Goiânia	2,0
15º	Vitória	1,9
16º	Teresina	1,9
17º	Porto Alegre	1,9
18º	Aracaju	1,9
19º	Campo Grande	1,7
20º	Manaus	1,2
21º	Porto Velho	1,1
22º	São Luís	1,0
22º	Rio Branco	1,0
22º	Palmas	1,0
22º	Macapá	1,0
22º	Boa Vista	1,0



Média final das capitais sobre políticas públicas LGBTI+ em razão dos indicadores matriciais (órgão gestor, conselho e plano/programa), setoriais, direitos e garantias individuais na legislação municipal e setoriais.

Acesse a pesquisa completa:

- Resumo executivo
- Dashboard interativo
- Mapas de visualização
- Relatório descritivo
- Raio-X de indicadores
- Artes e materiais

dataigbti.com.br/atena

QUADRO ATUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Visando a construção de um cenário mais igualitário no enfrentamento da discriminação e promoção da cidadania LGBTI+, foi necessária a criação de indicadores (1-5) a fim de mensurar e qualificar a atividade dos órgãos, bem como conseguir compará-los entre as capitais. Além da busca ativa de informações via Diário Oficial, foram solicitadas informações a todas as capitais, via Portal da Transparência, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Das 26 capitais, 15 possuem Órgão Gestor de políticas públicas LGBTI+ (58%). Há 13 capitais sem Conselho LGBTI+ (50%) e 8 sem qualquer política matricial LGBTI+ (31%), o Tripé da Cidadania LGBTI+, constituído por Órgão Gestor, Conselho Municipal e Plano/Programa de políticas públicas municipal com programa de execução e orçamento. daquelas que possuem Órgão Gestor (15), apenas 6 possuem Programa e 3 Plano específico para implementação de políticas públicas LGBTI+. Somente 5 capitais (19%) possuem diretrizes completas no PPA 2022-2025 voltadas para prevenção, operação e atendimento específicas de políticas públicas LGBTI+ e 4 incompletas (15%). Desse total (9), 7 capitais possuem previsão orçamentária específica para o órgão gestor ou programa na LOA 2024 (27%), instrumento de previsão orçamentária de gastos no exercício financeiro anual, ou seja, garantem relevância às políticas públicas LGBTI+ na gestão de recursos da cidade.

Há quatro proteções legislativas municipais que se destacam nas capitais: institucionalização de datas comemorativas (62%), uso do nome social (58%), reconhecimento de uma (ou mais) organização ou entidade LGBTI+ (38%) e sanções em caso de preconceito em razão de sexo, gênero ou orientação sexual.

As cidades com maiores pontuações gerais refletem uma jornada contínua e regular de desenvolvimento das políticas públicas LGBTI+, necessariamente passando pela institucionalização do Órgão Gestor e Conselho Municipal. Apenas 4 capitais (São Paulo, Salvador, Natal e Maceió) ficaram acima de 3,0 (bom) e 13 capitais (50%) ficaram abaixo de 2,0 (insuficiente). Há 5 capitais (São Luís, Rio Branco, Palmas, Macapá e Boa Vista) sem qualquer tipo de política pública matricial ou direito na legislação municipal voltada para promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a população LGBTI+.